



Congresso começa a analisar novo pacote do ajuste fiscal

Serão instaladas amanhã comissões que estudarão medidas provisórias, entre elas a que reduz o número de ministérios

O Congresso instalará cinco comissões destinadas a estudar medidas provisórias. Dessas, três estão diretamente ligadas ao ajuste das contas públicas. A MP 692 eleva o Imposto de Renda Pessoa Física que incide sobre a venda de imóveis. A MP 694 aumenta a alíquota do Imposto de Renda Retido na Fonte aplicado aos juros sobre o capital pagos a acionistas. E a MP 696 trata da redução do número de ministérios. As outras duas MPs se referem a loteria federal e a porte de arma por auditor da Receita. **3**

A Esplanada dos Ministérios vista a partir das torres do Congresso Nacional: uma das medidas provisórias que dependem da análise dos parlamentares reduz o número de pastas



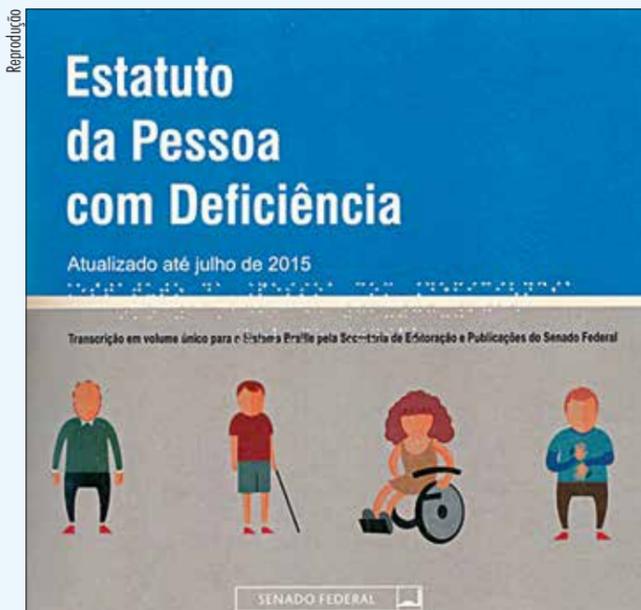
Ann Volpe/Agência Senado



Estatuto da Pessoa com Deficiência ganha primeira versão em braile

A Secretaria de Edição e Publicações do Senado lançou uma versão em braile do Estatuto da Pessoa com De-

ficiência, em vigor desde julho. A publicação será distribuída entre bibliotecas e instituições que atendem cegos. **6**



A capa da publicação que traz em braile a nova lei que beneficia deficiente

Pauta da semana inclui terrorismo e Lei das Estatais

Os senadores também deverão votar em Plenário propostas que tratam do financiamento da seguran-

ça pública, da exploração do petróleo no pré-sal e do ensino profissional marítimo. **2**

Senado recebe parecer do TCU sobre contas **3**

Projeto prevê obrigação de área verde em cidade **7**

PEC extingue vinculação de salários **8**

especial Cidadania

Especialista ensina como escapar do superendividamento

O Senado aprovou em primeiro turno um projeto de lei que cria regras para o crédito ao consumidor e previne o superendividamento da população. Falta a segunda votação no Plenário. Educador financeiro explica de que forma as pessoas podem sair do vermelho. **4 e 5**

Diante da grande oferta de crédito ao consumidor, o superendividamento tem aumentado no Brasil



Ann Volpe/Agência Senado

ACONTECEU NO SENADO

Fórmula alternativa de cálculo da aposentadoria foi aprovada



Jefferson Rudy/Agência Senado

Entre as várias propostas aprovadas pelo Senado na semana passada, destaca-se a medida provisória que altera a fórmula de cálculo da aposentadoria em opção ao fator previdenciário. Agora o texto aguarda sanção presidencial para virar lei. **8**

Senadores aprovam a medida que permite ao trabalhador aposentar-se sem a redução aplicada pelo fator previdenciário

Estatais, terrorismo e pré-sal estão na pauta desta semana

Plenário retoma hoje a análise de projetos como o que cria a Lei Geral das Estatais e o que institui um fundo nacional para apoiar a segurança pública. As duas propostas integram a Agenda Brasil

A SEMANA SERÁ mais curta em razão do feriado nacional de ontem, mas isso não deve afetar as votações do Plenário. Em pauta, temas variados como terrorismo, financiamento da segurança pública, a criação da chamada Lei Geral das Estatais, alterações na legislação sobre exploração petrolífera e ensino profissional marítimo.

O primeiro item da pauta de votações do Senado nesta semana será o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 101/2015, que tipifica o crime de terrorismo. A proposta, de iniciativa do Executivo, prevê para o ato de terrorismo pena de reclusão de 12 a 30 anos em regime fechado, sem prejuízo das penas relativas a outras infrações decorrentes do crime.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 24/2012, que cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública, deverá ser debatida pelos senadores por mais três

sessões deliberativas, antes de ser votada em primeiro turno. Porém, como tramita com calendário especial, o texto, que integra a Agenda Brasil, poderá ter a votação acelerada se houver acordo entre os senadores.

Estatais

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 555/2015 cria a Lei Geral das Estatais e também integra a Agenda Brasil. O texto pretende aprimorar a gestão das empresas públicas e sociedades de economia mista no âmbito da União, estados e municípios, alterando regras de licitações, contratos e formas de fiscalização. A proposta tramita com urgência, mas alguns senadores já pediram que ela seja retirada de pauta.

Foram incluídos na agenda do Plenário dois textos que tratam de temas ligados ao pré-sal. Um é o PLS 131/2015, que trata da participação obrigatória da Petrobras na

exploração do pré-sal. O projeto tramita em conjunto com o PLS 400/2014, da Comissão de Infraestrutura (CI), que garante à União o percentual mínimo de 18% do petróleo excedente no regime de partilha.

Os dois projetos estavam sendo discutidos por uma comissão especial, mas o prazo se encerrou sem a apresentação de relatório e as propostas voltaram a tramitar no Plenário, com requerimento de urgência já aprovado.

Já o PLC 120/2015 entra na pauta de votações do Plenário amanhã. O projeto dispõe sobre o ensino profissional marítimo.

Hoje os senadores também devem continuar a debater o assunto mais importante da semana passada, que foi a rejeição, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), das contas de 2014 do governo Dilma Rousseff. O parecer do TCU já chegou ao Senado (*leia na pág. 3*).



Texto aprovado em comissão acaba com exigência de reconhecimento de firma em cartório para transferir automóvel

Projeto facilita transferência de veículos

A Comissão de Juristas da Desburocratização (CJD) aprovou na sexta-feira a proposta de acabar com reconhecimento de firma para a transferência de veículos nos casos em que o dono do carro comparecer ao Detran com seus documentos.

— Hoje não é possível acontecer isso. Você tem que, necessariamente, embora esteja presente e o carro seja seu, ir buscar o balcão de um cartório para dizer que você é você mesmo — explicou o presidente do colegiado, ministro Mauro Campbell, do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Além dessa mudança, outras medidas devem ser incluídas na proposta da comissão para o Estatuto da Desburocratização, lei complementar que poderá regular o artigo 37 da Constituição, sobre a

administração pública.

Uma das medidas, segundo Campbell, prevê que nenhum órgão ou servidor público poderá exigir das pessoas documentos ou dados que já estejam em poder da União, estados ou municípios, ou seja, um órgão terá que pedir o dado ou documento a outro órgão, e não ao cidadão.

— Se o dado estiver com o poder público, seja federal, estadual ou municipal, o servidor não poderá cobrar isso, e com um detalhe: haverá sanção para o servidor, a exemplo do que já existe na Lei da Transparência — disse.

Alvarás

Outro tema estudado pela comissão é o fim dos alvarás para funcionamento de empresas, o que reduziria o tempo para que um empre-

endimento possa começar a funcionar. A sugestão do ex-secretário da Receita Federal Everardo Maciel é de que seja vedada a exigência do alvará, mas o órgão que fornecer a inscrição fiscal terá de comunicar às autoridades especificadas na lei a abertura.

O estabelecimento poderia ser fechado se, nas fiscalizações, fosse constatado desrespeito às normas de segurança, saúde pública, código de postura urbana e outros.

— A atividade de fiscalização é permanente, é contínua e não se resolve pela concessão do alvará — explicou Maciel.

Instalada em setembro, a comissão, criada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, por sugestão de Blairo Maggi (PR-MT), vai elaborar anteprojeto de lei para desburocratizar a administração pública.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



TERÇA

CCT LOA

9h Discussão de emendas à Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2016.

CMA LOA

9h30 Discussão de emendas à LOA e reunião deliberativa.

CAE Terceirização

10h Audiência pública interativa sobre mudanças nos contratos de terceirização.

CE Diploma médico

11h Reunião deliberativa. Na pauta, o PLS 138/2012, que cria exame para reconhecer diploma médico de universidade estrangeira.

SESSÃO ESPECIAL Alimentação

11h Homenagem aos 70 anos da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).

MP 687/2015 Condecine

14h Audiência interativa sobre MP que autoriza o governo a atualizar valores da Condecine sem autorização do Congresso.

CMO Orçamento

14h Reunião sobre a LOA e sobre relatórios apresentados à LDO 2016.

PLENÁRIO Terrorismo

14h Na pauta, o PLC 101/2015, que tipifica o crime de terrorismo.

INTELIGÊNCIA Grandes eventos

14h30 Audiência interativa sobre atuação da inteligência em grandes eventos no Brasil, como Copa do Mundo. Discussão de emendas à LOA 2016.

PACTO FEDERATIVO Revista

14h30 Lançamento da revista *Em Discussão!*. Análise do PLS 319/2015, que cria a Zona Franca de São Luís (MA).

PRESIDÊNCIA Sessão deliberativa

16 Renan Calheiros preside a ordem do dia.

CI Águas

8h30 Discussão de emendas à LOA 2016. Audiência pública interativa sobre uso de águas públicas e portos.

CAS Vagas para deficientes

9h Discussão de emendas à LOA, reunião deliberativa e audiência pública interativa sobre vagas reservadas às pessoas com deficiência nos concursos públicos.

CDR Codevasf

9h Discussão de emendas à LOA e reunião deliberativa. Entre os projetos, o que dispõe sobre a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf).

CCJ Vinculação de salários

10h Reunião deliberativa. Entre os projetos, está o PLS 51/2015, que libera o abastecimento de água por fontes alternativas, e a PEC 62/2015, que veda a vinculação remuneratória automática entre subsídios de servidores públicos.

MP 684/2015 ONGs

10h30 Audiência pública interativa sobre a MP que adia a vigência da Lei 13.019/2014, sobre parcerias de organizações civis com o poder público.

CPI DO FUTEBOL Clubes

14h30 Audiência pública interativa com o presidente do Corinthians, Roberto de Andrade, e o presidente do Vasco da Gama, Eurico Miranda.

CCT LOA

14h30 Discussão de emendas à LOA.

MP 682/2015 Seguro rural

14h30 Relatório à MP que dispõe sobre a transferência de gestão do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural.

MP 690/2015 Tributos

14h30 Audiência pública interativa sobre MP que modifica a tributação de bebidas e extingue a isenção do PIS-Pasep e da Cofins a produtos eletrônicos.

MP 692/2015 Imposto de Renda

15h Instalação e eleição de presidente da comissão da MP que aumenta o IR sobre o ganho de capital na venda de imóveis.

MP 693/2015 Olimpíadas

15h10 Instalação e eleição de presidente da MP que isenta de impostos empresas de energia durante os Jogos Olímpicos de 2016.

MP 694/2015 IR de empresas

15h20 Instalação e eleição de presidente da comissão da MP que aumenta a alíquota do IR de titulares, sócios ou acionistas de empresas.

MP 695/2015 Loteria

15h30 Instalação e eleição de presidente da comissão da MP que amplia a atuação da loteria instantânea e autoriza o BB e a Caixa Econômica Federal a adquirir participação em instituições financeiras até 2018.

MULHER LOA

15h30 Discussão de emendas à LOA.

MP 696/2015 Governo

15h40 Instalação e eleição de presidente da comissão da MP que redesenha a estrutura e as competências de ministérios e órgãos da Presidência da República.

CPI DO CARE Acareação

9h Acareação entre Hugo Borges, funcionário do escritório J.R. Silva Advogados, e a contadora Geglaine Pinto.

CRE Embaixadores

9h30 Discussão de emendas à LOA. Sabatina de indicados para vagas de embaixador na Indonésia, na Bulgária e na Tunísia.

CMMC Vale do Rio São Francisco

10h Audiência pública interativa sobre a crise hídrica na região do Vale do São Francisco. Discussão de emendas à LOA.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa> • Alô Senado: 0800 612211

Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado) • TV: senado.leg.br/TV

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Congresso Nacional instala amanhã comissões mistas que analisarão a MP 696, que trata da nova estrutura ministerial, e a MP 694, que eleva alíquota de imposto

Comissões começam a analisar pacote fiscal

AMANHÃ SERÃO INSTALADAS cinco comissões mistas para análise de medidas provisórias, entre elas a MP 696/2015, que trata da reforma administrativa do governo, e a MP 694/2015, que faz parte do pacote fiscal anunciado em setembro para aumentar a arrecadação e reduzir o déficit (leia mais nos textos abaixo).

Se forem aprovadas, as medidas provisórias irão para votação na Câmara e no Senado.

A MP 696/2015 determinou a fusão de dois ministérios (Trabalho e Previdência) e a extinção de um terceiro (Pesca, cujas funções foram transferidas para a Agricultura).

Além disso, três secretarias ligadas à Presidência foram reunidas num só ministério: Políticas para as Mulheres, Políticas de Promoção da Igualdade Racial e de Direitos Humanos formarão o novo Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Outras duas secretarias (Relações Institucionais e Micro e Pequena Empresa)



A Esplanada dos Ministérios, em Brasília: presidente Dilma reduziu número de ministérios por meio de medida provisória

desaparecem, tendo as funções absorvidas pela Secretaria de Governo da Presidência (novo nome da Secretaria-Geral da Presidência).

A MP extingue a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência, transferindo as funções para o Ministério do Planejamento, e cria a Casa Militar da Presidência, que

substitui o Gabinete de Segurança Institucional (GSI). A área de inteligência do governo, incluindo a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), antes ligada à GSI, seguiu para a Secretaria de Governo.

Ajuste fiscal

A MP 694/2015 aumenta de 15% para 18% a alíquota

do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) aplicado aos juros sobre o capital próprio pagos ou creditados aos sócios ou acionistas de empresa.

A medida provisória faz parte do pacote de medidas do governo federal para minimizar o déficit orçamentário, estimado em R\$ 30,5 bilhões, elevar a arrecadação e atingir

a meta de superávit primário de 0,7% do produto interno bruto (PIB).

Outra alteração da medida é a redução dos incentivos fiscais da Lei do Bem (Lei 11.196/05), que beneficia empresas investidoras em atividades de pesquisa e desenvolvimento.

Em 2016, o governo quer suspender o incentivo fiscal que permite às empresas de inovação tecnológica excluir do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), o valor correspondente a até 60% do montante gasto com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação.

Também será suspensa em 2016 a possibilidade de abater do lucro líquido até 2,5 vezes os gastos com projetos de pesquisa científica e tecnológica e de inovação executados por meio de entidades de pesquisa públicas (como as universidades) ou privadas sem fins lucrativos.

Governo quer aumentar tributo que incide sobre a venda de imóveis

A terceira comissão mista a ser criada analisará a MP 692/2015, que aumenta o Imposto de Renda da Pessoa Física incidente sobre ganhos de capital quando o bem comprado por um valor é vendido por um valor maior. Atualmente, sobre o IRPF de ganhos de capital incide apenas uma alíquota única de 15%.

A medida deve atingir, sobretudo, a venda de imóveis. Para quem lucra até R\$ 1 milhão, o imposto continua o mesmo, 15%. Na faixa que exceder R\$ 1 milhão e for até R\$ 5 milhões, a alíquota é de 20%. De R\$ 5 milhões a R\$ 20 milhões, 25%.

Acima de R\$ 20 milhões, 30%.

O governo espera arrecadar R\$ 1,8 bilhão em 2016 se a medida for confirmada pelo Congresso.

— A Constituição prevê que os impostos serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte — argumenta o ministro da Fazenda, Joaquim Levy.

A MP 692/2015 pode ainda dar ao governo uma arrecadação de R\$ 10 bilhões — prorroga de 30 de setembro para 30 de outubro o prazo de adesão ao Programa de Redução de Litígio de empresas que contestam dívidas com a União.

Audidores da Receita Federal poderão portar arma fora do horário de serviço

A quarta comissão a ser instalada refere-se à MP 693/2015, que permite a auditores e analistas portar arma própria ou da Receita Federal, mesmo fora de serviço, quando houver possibilidade de ameaça a sua integridade física ou de sua família em decorrência do trabalho, desde que a ameaça seja registrada na polícia. A munição deve ser fornecida pelo Exército.

O governo alega que 87% dos atentados e ameaças a auditores e analistas da Receita ocorreram fora do horário de serviço, na ausência de

qualquer proteção policial. O risco é maior para os chamados crimes aduaneiros, como contrabando, tráfico de drogas e de armas.

A MP 693 também concede benefícios fiscais para as distribuidoras que fornecerem energia elétrica para as competições dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

A medida isenta ainda atletas, comitês olímpicos e federações desportivas da Taxa de Fiscalização de Produtos Controlados pelo Exército Brasileiro (TFPC) para treinamentos e competições.

MP busca elevar arrecadação com raspadinha

A quinta comissão mista estudará a MP 695/2015, que permite que o Banco do Brasil e a Caixa adquiram participação em instituições financeiras. O aval para essas operações valerá até 2018.

A MP também amplia a exploração comercial da raspadinha Lotex, loteria instantânea até então restrita ao futebol. A exploração comercial do produto poderá ser feita em eventos de grande apelo popular e datas comemorativas e incluir referências culturais e marcas ou personagens.

Chega ao Senado parecer do TCU sobre contas

O Senado recebeu na sexta-feira o parecer do Tribunal de Contas da União (TCU) recomendando a rejeição das contas de 2014 do governo Dilma Rousseff.

O voto do ministro Augusto Nardes, aprovado por unanimidade na quarta-feira, está na Secretaria-Geral da Mesa. Agora, cabe ao presidente do Congresso, senador Renan Calheiros, encaminhá-lo à Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Conforme o artigo 116 do Regimento Comum do Congresso, na apreciação de prestações de contas há um prazo inicial de 40 dias na CMO para que seja apresentado, publicado e

distribuído o relatório aos parlamentares. Depois, há outros prazos para apresentação de emendas, discussão e votação do relatório até o envio para o Plenário do Congresso, que dará a palavra final.

O TCU concluiu que o governo cometeu irregularidades na gestão das contas em 2014, melhorando artificialmente o resultado. A decisão causou repercussão no Parlamento. Integrantes da base do governo alegam que falhas formais na prestação de contas estão sendo usadas politicamente. Os opositoristas, por sua vez, chamam atenção para a importância das irregularidades.

A presidente da CMO, sena-



Parecer do Tribunal recomendou a rejeição das contas do governo federal

dora Rose de Freitas (PMDB-ES), disse que a análise da comissão será “rápida e técnica”:

— Vamos seguir rigorosamente os prazos conforme o

regimento. Pela importância desse processo numa crise política e econômica, acho que o relator não descumprirá o cronograma.

Colegiados farão emendas ao Orçamento de 2016

As comissões do Senado vão decidir nesta semana quais emendas apresentarão ao Projeto de Lei Orçamentária de 2016 (PLN 7/2015). Cada comissão pode apresentar oito emendas relacionadas às suas competências.

A Comissão Mista de Inteligência e a de Meio Ambiente, por exemplo, reúnem-se hoje para tratar do assunto. Amanhã será a vez das Comissões de Assuntos Sociais e de Ciência e Tecnologia. A Comissão de Relações Exteriores vai decidir na quinta que emendas apresentará.

Nova regra de crédito previne superdívidas

Projeto, que ainda será votado em turno suplementar, cria novas regras para concessão de crédito ao consumidor com o objetivo de evitar o superendividamento. Proposta por comissão de juristas, a medida atualiza o Código de Defesa do Consumidor, em vigor desde 1990

Soraya Mendanha

VIVEMOS EM UM cenário em que a oferta de crédito e a propaganda enganosa induzem a um tipo de consumo que leva as famílias a se endividarem além da necessidade e da realidade. Diante desse quadro, como observou o senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), “é imprescindível atuar criando uma consciência e cultura sobre mecanismos que possam evitar o superendividamento”.

Foi com esse objetivo que o Senado aprovou, no fim de setembro, em primeiro turno, o PLS 283/2012, que trata de normas sobre crédito ao consumidor e sobre a prevenção ao superendividamento. A proposta é proveniente das atividades da comissão de juristas que, depois de dois anos de trabalhos, propôs sugestões para a modernização e a atualização do Código de Defesa do Consumidor (CDC), em vigor desde 1990. O texto terá que ser votado em turno suplementar antes de seguir para a Câmara.

o conceito de superendividamento não estava tão em voga no Brasil quanto atualmente. O Código de Defesa do Consumidor foi sancionado alguns anos antes de o Plano Real estabilizar a economia brasileira.

De lá para cá, milhões de brasileiros conseguiram aumento de renda e ingresso no mercado de trabalho. Apenas na última década, mais de 40 milhões de brasileiros ingressaram no mercado de consumo, o que fez aumentar também o número de endividados.

Famílias

O percentual de famílias com dívidas no mês de setembro é o maior já registrado neste ano, segundo Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), da Confederação Nacional do Comércio (CNC). No mês, o total de famílias endividadadas chegou a 63,5%, ou seja, em cada dez famílias, cerca de seis têm algum tipo de dívida. O número supera o patamar observado no mesmo período de 2014.

O cartão de crédito foi apontado como um dos principais



Cartão de crédito é um dos vilões da economia doméstica, responsável pela dívida de quase 80% das famílias que estão no vermelho: taxa de endividamento cresceu este ano

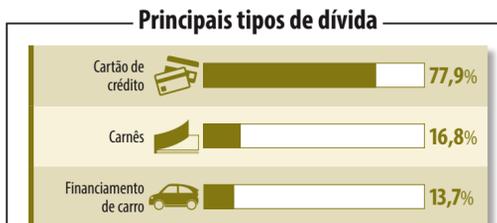
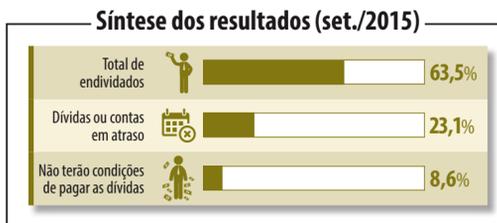
tipos de dívida por 77,9% das famílias, seguido por carnês, com 16,8%, e financiamento de carro, com 13,7%. Entre as famílias endividadadas, 35% afirmaram que estão com a renda comprometida por mais de um ano e 24,7% declararam por mais da metade da renda mensal.

Também cresceu, no mês de setembro, o percentual de famílias com contas ou dívidas em atraso: a taxa chegou a 23,1% do total, ou cerca de duas em cada dez famílias. Essa é a maior porcentagem já alcançada desde julho de 2012. Os dados mostram ainda que 8,6% das famílias afirmaram não ter condições de pagar as dívidas em atraso — esse é o maior patamar já registrado desde junho de 2011.

A economista da Confederação Nacional do Comércio

Marianne Hanson afirmou que o aumento do endividamento não está sendo acompanhado pelo incremento do consumo. Segundo ela, está havendo uma redução de vendas no varejo, principalmente em relação aos bens duráveis, como eletrodomésticos, móveis e financiamento de automóveis. Para Marianne, a alta do custo de crédito com taxas de juros elevadas, o aumento do custo de vida e o cenário menos favorável do mercado de trabalho são os principais fatores que influenciaram o aumento de famílias endividadadas e da inadimplência.

— Este ano observamos um aumento rápido das taxas de desemprego e a renda está crescendo abaixo da inflação. Esses fatores em conjunto fazem com que as famílias tenham mais dificuldade de pagar suas contas em dia — disse.



Entre as famílias endividadadas, 35% afirmaram que estão com a **renda comprometida** com dívidas por mais de um ano e 24,7% declararam que as dívidas são responsáveis por **mais da metade** da renda mensal.

"Estourei limite do cheque especial e perdi apartamento"

Desequilíbrio emocional após a perda da mãe. Esse foi o ponto de partida para que Nicole Batista (nome fictício), servidora aposentada do Senado, perdesse o controle dos gastos e se endividasse.

Nicole relata que sentia prazer em comprar e achava que, de alguma forma, estava compensando o seu sofrimento.

A servidora disse que estourou os limites dos cartões de crédito e dos cheques especiais de dois bancos em que tinha conta. Para tentar quitar a dívida, pegou empréstimos em três financeiras diferentes. No final do mês, segundo ela, o salário não dava para cobrir nem os empréstimos das financeiras nem a dívida com os bancos.

O resultado da história foi a perda de seu apartamento, que foi a leilão.

— Quando fui ver, por causa dos juros, as dívidas tinham virado uma bola de neve. Eu não conseguia quitar nada. Eu não tinha mais salário para cobrir a prestação do apartamento que havia comprado. Só tinha o mínimo para sobreviver — relatou ela.

Nicole lembrou que, por ter um contracheque alto, sempre teve ofertas que colaboraram para o endividamento. Ela tinha facilidade para conseguir empréstimos e limites altíssimos nos cartões e no cheque especial.

Para sair da bola de neve, ela obteve um empréstimo consignado, que já paga há mais de sete anos.

Emergência médica

A auxiliar de limpeza Rocilda Maria também sentiu “o aperto no bolso”, mas não por descontrolado.

Mãe de cinco filhos, Rocilda teve gastos médicos imprevistos quando sua caçula, de 7 anos, ficou doente.

A auxiliar de limpeza foi, primeiramente, a um hospital público, mas, na ausência de um médico plantonista no local, acabou tendo que recorrer à emergência de um hospital particular.

— Foram R\$ 400 só na consulta, sem contar os gastos com a medicação. Era um gasto que eu não estava esperando. Fora do meu orçamento — disse.

Educador dá dicas para que a situação financeira não fuja do controle

A dica fundamental para evitar o endividamento, segundo o educador financeiro Anderson Alves, é ter um padrão de vida em que você gaste menos do que ganha. Alves ressalta que as pessoas devem conhecer o seu próprio perfil financeiro e buscar sempre poupar algo no fim do mês.

O educador financeiro observa que, caso haja alguma emergência e seja necessário fazer um empréstimo, é imprescindível observar a taxa de juros de cada modalidade. Segundo ele, o empréstimo consignado, por ter uma maior segurança para o banco, seria a melhor escolha entre as operações de crédito existentes hoje no mercado. Se a pessoa deve no cartão de crédito ou no cheque especial, considerados os juros mais altos do mercado, vale a pena trocar a dívida por outra de juros mais baixos, como o empréstimo consignado ou o crédito direto ao consumidor (CDC).

Para os superendividados que já não têm mais limite nenhum, o educador recomenda uma mudança comportamental visando sempre diminuir despesas e aumentar receita. Alves ressaltou que o endividado deve tentar pagar as contas à vista, buscar outras fontes de renda e rever o padrão de vida e as prioridades envolvendo toda a família no processo.

— Há casos em que um homem está superendividado e nem sequer a própria esposa sabe da situação. É fundamental toda a família estar ciente da vida financeira de forma que ela possa replanejar sua forma de lidar com o dinheiro — disse. A renegociação da dívida com os credores tentando reduzir juros e multas já incorridos é outra atitude importante que deve ser tomada pelos devedores. A principal preocupação dos credores é receber e, segundo ele, as instituições tendem a ser bastante abertas à negociação.

Compare as taxas de juros

	MENSAL	ANUAL
Juros comércio	5,3%	85,84%
Cartão de crédito	13,37%	350,79%
Cheque especial	10,14%	218,67%
CDC bancário para veículos	2,14%	28,93%
Empréstimo pessoal (bancos)	4,15%	62,9%
Empréstimo pessoal (financeiras)	7,72%	144,09%

Fonte: Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade; dados de agosto de 2015

As parcelas, de acordo com Alves, também podem ser renegociadas para ficarem menores e, dessa maneira, o endividado consegue poupar algum dinheiro para sair da situação.

— A pessoa tem que reconhecer que está superendividada, procurar a instituição credora e negociar os juros, que podem ser zerados. A instituição pode retirar até 100% deles — observou. Alves ressaltou o Programa de Prevenção e Tratamento de Consumidores Superendividados, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. O projeto busca promover sessões de conciliação para renegociação de dívidas, além de acompanhamento psicológico e financeiro dos superendividados.

Anderson Alves afirmou que uma dívida saudável é a que não compromete mais do que 30% do rendimento bruto e explique que a grande oferta de crédito e o marketing da mídia, que impõe ao cidadão a necessidade de consumir, são fatores que colaboram para o grande endividamento no Brasil.

Como agir

O que fazer para fugir do superendividamento



Aumente receitas



Reduza custos



Troque as dívidas com juros mais altos por dívidas com juros menores



Renegocie as dívidas com os credores



Dialogue com sua família

Novidades do projeto

Definição de superendividamento como o “comprometimento de mais de 30% da renda líquida mensal do consumidor com o pagamento do conjunto das dívidas não profissionais, exigíveis e vincendas, excluído o financiamento para a aquisição de casa para a moradia, e desde que inexistentes bens livres e suficientes para liquidação do total do passivo”.

Proibição de publicidade com referência a expressões como “crédito gratuito”, “sem juros”, “sem acréscimo”.

Desenvolvimento de ações de educação financeira do consumidor, até mesmo com sugestão de incluir o tema em currículos escolares

Informações claras e completas ao consumidor, nos contratos de crédito, dos dados relevantes da contratação (taxa efetiva de juros, total de encargos, montante das prestações).

Dever do fornecedor de esclarecer, aconselhar e advertir adequadamente o consumidor sobre a natureza e a modalidade do crédito oferecido, assim como sobre as consequências genéricas e específicas do inadimplimento.

Dever do fornecedor de avaliar a condição do consumidor de pagar a dívida, inclusive verificando se há restrição nos órgãos de proteção ao crédito.

Estabelecimento de uma garantia legal de dois anos nos produtos e serviços. Isso significa que os produtos e serviços têm que ser prestados ou fabricados para durarem pelo menos dois anos sem vícios.

Proibição do chamado assédio de consumo, quando o fornecedor pressiona o consumidor, principalmente idosos, analfabetos, doentes ou em estado de vulnerabilidade agravada, para contratar o fornecimento de produto, serviço ou crédito;

Correlação do contrato de crédito utilizado para financiar a aquisição de um produto ou serviço com o contrato principal de compra e venda. Assim, caso o consumidor desista do contrato de consumo de compra e venda do veículo, o contrato de crédito será cancelado também.

Criação do processo de repactuação de dívidas de forma conciliatória para que o consumidor consiga estabelecer um plano de pagamento das dívidas conjuntamente com os credores. Ficam excluídas as dívidas de caráter alimentar, fiscais e de contratos celebrados dolosamente sem o propósito de efetuar o pagamento. O processo só poderá ser repetido pelo consumidor depois de decorrido o prazo de dois anos, contados da quitação total do último plano de pagamento. O processo de repactuação poderá ser judicial ou extrajudicial, por meio do Ministério Público, defensorias e Procons, por exemplo. O juiz poderá estipular um plano de pagamento, caso algum credor aceite a conciliação.

O consumidor deverá ser informado por unidade de referência na compra de determinados produtos. Por exemplo: se o consumidor quer comprar um refrigerante, fica difícil atualmente saber qual embalagem apresenta o melhor preço (custo/benefício). É melhor comprar a lata de 350 mililitros ou as garrafas de 600 mililitros, 1 litro, 2 litros? Se todos esses produtos apresentarem um preço por litro ou por mililitro, o consumidor poderá comparar e comprar o mais barato.



Cena do vídeo da Agência Senado em que Anderson Alves dá orientação financeira

Saiba mais

Assista ao vídeo da Agência Senado em que educador financeiro ensina a fugir das dívidas <http://bit.ly/videoSuperendividamento>

Leia o projeto de lei que já foi aprovado em primeiro turno pelos senadores <http://bit.ly/PLS283de2012>

Conheça o programa do Tribunal de Justiça do Distrito Federal contra o superendividamento: <http://bit.ly/TJDFSuperendividamento>

Senado lança versão em braile de lei de inclusão

Estatuto da Pessoa com Deficiência é a mais recente publicação da Casa no sistema de escrita em relevo, para leitura de cegos. Relação de obras em braile tem 119 títulos



O SENADO LANÇOU uma versão em braile do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), que entrou em vigor em julho. O estatuto assegura uma série de direitos e garantias para pessoas com algum tipo de limitação física ou intelectual.

Impressa pela Secretaria de Editoração e Publicações (a Gráfica do Senado), a nova versão do texto legal está disponível para organizações e bibliotecas que trabalham com cegos. Para receber a publicação em braile, as instituições devem contatar a Ouvidoria do Senado, pelo telefone 0800 612211 ou pelo e-

-mail ouvidoria@senado.leg.br.

O diretor da Gráfica, Florian Madruga, ressalta que, apesar do número elevado de pessoas com deficiência visual no país, há uma grande carência de títulos em braile, pois as editoras privadas não publicam nesse sistema de escrita. O diretor diz que os pedidos chegam de instituições não apenas do Brasil, mas também de Portugal.

A lista de publicações em braile do Senado chega a 119 títulos. Há, por exemplo, a Constituição federal, o Código de Defesa do Consumidor e o Estatuto da Criança e do Adolescente, entre outros textos legais. Também é impresso em braile um resumo mensal do **Jornal do Senado**.

Baseado em seis pontos em relevo, cuja combinação pos-



A Constituição é uma das publicações editadas pela equipe do serviço de braile

sibilita a reprodução de letras, números e pontuação, o sistema de escrita em braile existe desde 1825. A primeira versão foi apresentada pelo francês Luiz Braille, que era deficiente visual. O processo de edição e impressão tem características específicas.

A chefe do Serviço de Im-

pressões em Braile do Senado, Marinete Pontes Brito, explica que o transcritor responde pela reprodução, nesse sistema de texto, do conteúdo originalmente impresso em tinta. Por sua vez, o revisor verifica possíveis incorreções cometidas durante a transcrição.

— Depois de todo o processo,

se tudo estiver certo, o transcritor manda o material para a impressão — relata Marinete.

Quatro revisores cegos, dois transcritores e um impressor fazem parte da equipe do serviço de braile do Senado. Jacob Luiz de Souza, um dos revisores, foi aprovado para a vaga em uma seleção em 2008. Apesar de ter nascido sem visão, aos poucos aprendeu a substituir a vista pela imaginação, desafiando os limites impostos pela deficiência visual.

— Além de revisar, a gente também aprende diariamente. É muito gratificante ajudar colegas de todo o país a exercerem suas profissões — afirma.

Lista completa de publicações: <http://bit.ly/listaBraile>

Revalidação de diploma médico pode virar lei

A Comissão de Educação pode votar hoje, às 11h, o PLS 138/2012, do ex-senador Paulo Davim, que cria o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos que tenham sido expedidos por universidades estrangeiras.

O exame vai possibilitar aferir se existe equivalência na formação dos profissionais formados no exterior e no Brasil. A proposta é relatada pelo senador Otto Alencar (PSD-BA).

Paulo Davim argumenta que já existe uma prova de revalidação de diplomas, o Revalida, mas que foi instituída por meio de portaria interministerial. A intenção, com o projeto, é estabelecer uma previsão legal, de forma que o exame se transforme em política de Estado, e não apenas de governo.

A primeira edição do exame, em 2011, contou com 677 inscritos e 37 universidades participantes. Em 2014, já foram 2.157 candidatos e 41 universidades.

— Desde então, o Revalida consolidou-se como instrumento capaz de apoiar as universidades a revalidar diplomas médicos sem abrir mão



Proposta tem parecer favorável de Otto Alencar, que defende exame

da qualidade e da equivalência de formação daqueles que, tendo estudado no estrangeiro, pretendem exercer a profissão no país — destacou o relator.

Otto Alencar apresentou emenda que prevê um requisito adicional para os candidatos ao exame: a comprovação de residência médica por período mínimo de dois anos no país em que o curso foi concluído ou em um terceiro país.

— Essa exigência assegura que os candidatos que vierem a ser aprovados têm experiência prévia, além do domínio dos conteúdos, para exercer a profissão no Brasil.

A proposta já foi aprovada nas Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Relações Exteriores (CRE). A decisão na CE é terminativa.

Paim ressalta a importância do cuidado com as crianças

Paulo Paim (PT-RS) lembrou na sexta-feira o Dia das Crianças, celebrado ontem. Dizendo que a data faz refletir sobre a importância dos primeiros anos para o desenvolvimento humano, o senador citou estudos que mostram que o sentimento de proteção, carinho e acolhimento dos pais na infância gera indivíduos mais seguros.

— Uma infância feliz e cheia de afeto é fundamental para o desenvolvimento de adultos mais capazes e saudáveis.

Paim falou também nas consequências nefastas do abandono, da falta de carinho e de abusos contra as crianças, principalmente o sexual, muitas vezes cometido por pais, padrastos e outros familiares ou por pessoas próximas da família.



Medeiros pede votação de Estatuto da Primeira Infância

José Medeiros (PPS-MT) pediu em Plenário ao presidente do Senado, Renan Calheiros, que coloque em votação projeto que estabelece políticas públicas voltadas a crianças de zero a 6 anos (PLC 14/2015). O chamado marco legal da primeira infância aguarda parecer da Comissão de Educação (CE) e precisa passar por outras três comissões. Mas, segundo Medeiros, o texto, que institui o Estatuto da Primeira Infância, já está maduro para seguir ao Plenário.

Para o senador, criar políticas públicas para as crianças de zero a 6 anos “é um investimento do Estado”, mas que ainda não entrou na pauta da União, dos estados e dos municípios.

— Não existe um olhar do Estado ainda para esses novos cidadãos, para o futuro do Brasil.



Para comemorar o Dia da Criança (12 de outubro), 170 filhos e netos de servidores do Senado participaram na sexta-feira de visitas guiadas pela Casa. O grupo assistiu a apresentações lúdicas de atores que interpretaram a princesa Isabel (foto), o senador Ruy Barbosa e o presidente Juscelino Kubitschek.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Pauta inclui texto que prevê área verde na cidade

Projeto deverá ser votado hoje na Comissão de Meio Ambiente. Também está na lista de propostas a serem analisadas a inclusão do bem-estar animal nas aulas de educação ambiental

A COMISSÃO DE Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) reúne-se hoje, às 9h30, para analisar uma pauta de nove projetos. Em destaque, está o PLS 396/2014, que obriga os planos diretores municipais a prever a delimitação de áreas verdes urbanas.

O projeto de Wilder Moraes (PP-GO) modifica o Estatuto da Cidade para obrigar os municípios a incluir nos planos diretores o planejamento de áreas verdes e áreas passíveis de reflorestamento. O relatório de Ronaldo Caiado (DEM-GO) acrescenta exigências de áreas onde poderão ser aplicados parcelamento, edificação ou utilização; zoneamento urbano, acompanhado dos índices urbanísticos e usos aplicáveis a cada zona; e restrições decorrentes de planos ou projetos setoriais.



O Parque Barigui, em Curitiba: proposta obriga planos diretores municipais a contemplar área verde

O projeto tramita em caráter terminativo — caso seja aprovado, não precisará passar pela análise do Plenário do Senado e poderá ir diretamente para a Câmara dos Deputados.

Ainda na área de meio ambiente, a comissão deve votar o PLC 105/2014, que inclui o bem-estar dos animais entre as prioridades da educação ambiental, e o PLS 174/2014, que concede

isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) a carros elétricos de fabricação nacional.

Direitos do consumidor

Na área dos direitos do consumidor, o destaque da pauta é o PLC 113/2014, que permite que os cidadãos instalem equipamentos próprios para controlar o gasto de água, luz e gás. Com isso, será possível comparar a medição própria com a aferida pelo equipamento do fornecedor.

O projeto tem relatoria de Douglas Cintra (PTB-PE). Se for aprovado, irá para o Plenário.

Também integram a lista o PLC 104/2014, que obriga os postos de combustíveis a regular periodicamente os aparelhos de calibragem de pneus, e o PLS 50/2012, que aumenta o valor das causas nos juizados especiais cíveis.

Energia solar pode ganhar marco regulatório no país

A energia solar fotovoltaica foi tema de um seminário internacional no Senado na quinta-feira. As discussões devem ser consolidadas na *Carta Solar Frente Infra*, que servirá de subsídios para a elaboração, no Congresso, de um projeto de marco regulatório para o setor. O projeto deve ser apresentado pelo senador Hélio José (PSD-DF), que promoveu o evento, na próxima reunião da Comissão de Energia do Parlamento Latino-Americano (Parlatino), entre 29 a 31 de outubro, em Aruba.

O seminário reuniu parlamentares, especialistas, representantes de governos, assessores legislativos e estudantes para debater alternativas para a utilização em larga escala da energia solar fotovoltaica no Brasil, seja ela centralizada ou distribuída.

No evento, organizado pela Frente Parlamentar Mista de Infraestrutura Nacional (Frente Infra), uma das medidas sugeridas foi buscar o aprimoramento da legislação federal, de forma a estimular investimentos em obras de infraestrutura e identificar alternativas tecnológicas e estruturais para que a energia solar fotovoltaica se torne uma realidade no país.

— A energia solar no Brasil pode desempenhar um papel determinante, tanto na questão ambiental quanto no aspecto econômico, devido ao seu elevado potencial de atração de investimentos. Para isso, é necessário que se promova a competitividade do setor e a qualificação de todos os atores — disse o senador.

Temas discutidos

As discussões abordaram temas como a cadeia produtiva, o ambiente institucional, a produção do conhecimento, o desenvolvimento de tecnologia, a análise da cadeia do silício, a fabricação de módulos fotovoltaicos, a carga tributária e as opções de financiamento, pesquisa, desenvolvimento e inovação. Uma das maiores preocupações dos especialistas foi encontrar uma fórmula para reduzir o custo final ao consumidor pelo acesso a energias limpas e mais baratas.

Participaram do seminário representantes do Ministério de Minas e Energia, da Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável (GIZ), da embaixada da Holanda e da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar).



Hélio José promoveu seminário internacional para debater energia alternativa

Comissão debate crise hídrica no Vale do São Francisco

Em audiência pública na quinta-feira, a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) vai discutir a crise hídrica no Vale do Rio São Francisco e a preservação da agricultura irrigada.

O senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), que solicitou a audiência, frisa em seu requerimento que a região do Vale do São Francisco se tornou uma das maiores pro-

duzoras de frutas do mundo, mas sofre ameaça de colapso caso se mantenha o baixo nível da Barragem de Sobradinho. No fim de outubro, o perímetro irrigado entrará em racionamento de água e as obras de captação do volume morto do reservatório só deverão ser concluídas em data posterior.

Foram convidados para a audiência a presidente do Ibama, Marilene Ramos; o

diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Hermes Chipp; e representantes do Ministério da Integração Nacional, da Agência Nacional de Águas (ANA), da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) e da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig).

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Audiência analisa papel da inteligência nas Olimpíadas

A Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) faz hoje audiência sobre o papel da inteligência na segurança dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 e analisa a atuação da inteligência nos grandes eventos realizados no Brasil nos últimos anos, como a Copa do Mundo de Futebol.

Para o debate, estão convidados o prefeito do Rio, Eduardo Paes; o diretor de Inteligência da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos, William Murad; o diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência, Wilson Trezza; o subchefe de Inteligência Operacional do Estado-Maior



Comissão mista quer saber sobre a segurança nos Jogos de 2016, no Rio

Conjunto das Forças Armadas, general Álvaro Wanderley; o coordenador-geral de Contrainteligência do Ministério da Justiça, Rômulo Fisch Menezes. O debate foi solicitado pela deputada Jô Moraes

(PCdoB-MG) e pelo senador Aloysio Nunes (PSDB-SP), presidente e vice-presidente da comissão, respectivamente.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Senadores podem examinar relações Brasil-China

Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) prevista para quinta-feira será dividida em duas partes. Na primeira, os senadores analisarão o relatório de Valdir Raupp (PMDB-RO) às emendas da comissão ao Orçamento da União para 2016.

Na segunda, serão feitas sabatinas com os diplomatas Ana Maria Sampaio Fernandes, indicada pelo governo

para a chefia da representação brasileira na Bulgária (cumulativamente com a Macedônia), Rubem Antonio Barbosa, para a embaixada brasileira na Indonésia, e José Estanislau Souza, como embaixador na Tunísia.

A comissão também pode aprovar o requerimento de seu presidente, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), para que seja feito um debate sobre as recentes mudanças na eco-

nomia chinesa e seu impacto sobre os países emergentes, em especial o Brasil.

— A proposta é verificar os impactos sobre os fluxos comerciais, de investimentos e de cooperação entre Brasil e China — diz Aloysio.

O senador sugere a presença do ex-ministro Celso Lafer, do empresário Roger Agnelli, do embaixador Sérgio Amaral e da economista Vera Thornstensen.

Fim do efeito cascata em salário público volta à pauta

Exame da PEC que elimina vinculação automática de proventos recebidos por agentes públicos deve ser retomado na CCJ. Hoje o reajuste das remunerações ocorre a cada aumento dos ministros do STF

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) retoma amanhã o exame da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 62/2015, que derruba a vinculação automática de salários recebidos por agentes públicos, como parlamentares e ministros de tribunais superiores. O projeto impede o chamado efeito cascata no reajuste das remunerações, hoje provocado por cada aumento nos salários dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), o teto remuneratório para o funcionalismo.

Na reunião passada, a análise da proposta foi adiada por pedido de vista coletiva. Agora, integra a pauta da comissão, que tem 40 proposições.

Realidade financeira

A PEC 62/2015, de Gleisi Hoffmann (PT-PR), conta com o apoio do relator na CCJ, Randolfe Rodrigues (Rede-AP). Tanto a autora como o relator consideram os reajustes automáticos danosos ao interesse público, por desprezarem a realidade financeira e orçamentária dos estados e municípios.

Se for definitivamente aprovada, primeiro no Senado e depois na Câmara dos Deputados, os ministros dos tribunais superiores deixarão de ter os ganhos fixados com base em 95% do que recebem os ministros do STF. O salário do procurador-geral da República também acompanha o dos ministros do STF, e os de toda a categoria são definidos a partir desse teto.

No Legislativo federal, o aumento não é automático. Porém, quando a proposta do STF é aprovada, de modo geral adota-se o mesmo teto. Depois, para deputados estaduais e distritais, o aumento é automático e, em geral, corresponde a 75% da remuneração paga aos deputados federais.

Se aprovada, a matéria seguirá para exame em Plenário, onde passará por discussão e

votação em dois turnos. Para ser definitivamente adotada, também dependerá de aprovação na Câmara dos Deputados.

Também estão na pauta da CCJ a PEC 110/2015, que restringe a quantidade de cargos em comissão na admi-

nistração pública, com adoção de processo seletivo para preenchimento das funções, e o Projeto de Lei do Senado (PLS) 351/2015, que altera o Código Civil para impedir que os animais continuem sendo equiparados a "coisas".



Randolfe Rodrigues, relator, é favorável à proposta de Gleisi Hoffmann

Proposta restringe cargos em comissão na administração pública

Integrante da Agenda Brasil, a PEC 110/2015, de Aécio Neves (PSDB-MG), restringe os cargos em comissão na administração pública. Pelo texto, o número de cargos em comissão não poderá ser maior do que um décimo dos cargos efetivos de cada órgão. É ainda obrigatório que pelo menos metade dos nomeados sejam servidores efetivos.

O texto também exige processo seletivo para o preenchimento das funções, a não ser nos casos de assessoramento direto aos detentores de mandato eletivo, ministros de Estado, secretários de estado e secretários municipais.

Para Aécio, a PEC vem ao encontro do desejo da sociedade brasileira de mais eficiência e menos influência político-partidária no serviço público. Segundo o senador, a multiplicação de cargos em comissão tem relação direta com o incremento da corrupção.

O relator, Alvaro Dias (PSDB-

PR), recomenda a aprovação da PEC, por disciplinar as nomeações. Porém, optou pela apresentação de um substitutivo, que inclui duas emendas recebidas pela comissão.

Uma das emendas propõe a segmentação de percentuais máximos de cargos em comissão: no âmbito da União, permanece em 10% do total de cargos efetivos de cada órgão, mas sobe para até 20% nos estados e até 30% nos municípios.

Na avaliação de Alvaro, esse escalonamento por nível federativo responde de forma objetiva e eficaz às necessidades de estados e municípios. O senador também inseriu dispositivo possibilitando contratações, mediante seleção simplificada, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público.

A proposta, se for aprovada na CCJ, também deve seguir a Plenário, para discussão e votação em dois turnos.

Terceirização é tema de audiência pública hoje

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) debate hoje, em audiência pública, as alterações legais propostas pelos contratos de terceirização e seus impactos econômicos e nas relações de trabalho. O debate, sugerido pelo senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), está marcado para as 10h.

Um dos projetos sobre o tema é o PLC 30/2015, já aprovado pela Câmara, que

regulamenta os contratos de terceirização de serviços e permite terceirizar a atividade-fim. O texto está na Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional (que trata dos projetos da Agenda Brasil) e tem como relator o senador Paulo Paim (PT-RS).

Foram convidados para a audiência os professores José Pastore e Hélio Zylberstajn, da Faculdade de Economia,

Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (USP), e representantes da Confederação Nacional da Indústria (CNI), da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), da Força Sindical e da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

ACONTECEU NO SENADO



Plenário do Senado aprova a MP que cria opção ao fator previdenciário

Vai a sanção nova fórmula de cálculo da aposentadoria

O Senado aprovou na quarta-feira a Medida Provisória (MP) 676/2015. A proposta altera a fórmula para aposentadorias em alternativa ao fator previdenciário. Com a aprovação, o cálculo da aposentadoria será feito pela regra conhecida como 85/95. O texto segue para a sanção presidencial.

CPI OUVIU POLICIAIS SOBRE ASSASSINATO DE JOVENS

A CPI do Assassinato de Jovens ouviu na segunda (5) representantes das associações nacionais de praças, de delegados de polícia federal e de defensores públicos. O soldado Elisandro Lotin disse que o Brasil vive uma guerra civil não declarada.



FALTA DE QUÓRUM IMPIDE ANÁLISE DE VETOS

Falta de quórum entre os deputados impediu a análise dos vetos presidenciais por duas vezes na semana passada. Entre os vetos em pauta, está o do reajuste dos servidores do Judiciário (em protesto na foto).

CHEF E FURNAS TERÃO ACESSO A FUNDOS DE ENERGIA

O Senado aprovou na quarta-feira o PLV 16/2015, oriundo da MP 677/2015, que permite à Chesf e à Furnas participar do Fundo de Energia do Nordeste e do Fundo de Energia do Sudeste e Centro-Oeste, respectivamente. O texto segue para sanção presidencial.

AVANÇA TEXTO SOBRE GREVE DE SERVIDORES PÚBLICOS

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou na quarta o PLS 287/2013, que regulamenta o direito de greve de servidores públicos. A proposta segue agora para as Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO RECEBE CRÉDITO EXTRA

Foi aprovado na quarta-feira o PLV 14/2015, decorrente da MP 686, que liberou crédito extra de R\$ 9,8 bi para o Ministério da Educação usar no Fies e no Programa de Sustentação do Investimento. O texto segue para sanção.

PROJETO REGULA ATUAÇÃO DE CRIANÇA EM ARTES E ESPORTE

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou na terça o PLS 231/2015, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para regular a participação de menores de 18 anos em manifestações artísticas e desportivas. O texto vai à Comissão de Direitos Humanos (CDH), em decisão final.

CPI DO HSBC CONVIDA JANOT E JOSÉ EDUARDO CARDOZO

A CPI do HSBC aprovou na quinta requerimentos para ouvir o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e o procurador-geral da República, Rodrigo Janot. Para Paulo Rocha (PT-PA, foto), que preside a CPI, eles podem ser ouvidos no mesmo dia.

CPI DO FUTEBOL INTIMA DIRIGENTES DE FEDERAÇÕES

A CPI presidida por Romário (foto) aprovou requerimentos intimando como testemunhas os presidentes das federações estaduais e dos clubes da 1ª divisão. Também foi aprovado pedido de quebra do sigilo de Marco Polo Del Nero, referente a 2013.

CPI DO CARF REJEITA CONVOCAÇÃO DE LULA E EX-MINISTROS

A CPI do Carf rejeitou, na quinta, requerimentos de convocação do ex-presidente Lula, de seu filho Luís Cláudio da Silva e dos ex-ministros Erenice Guerra (Casa Civil) e Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral da Presidência).